

PROJETO DE LEI Nº 4.749, DE 2016.

Tipifica a conduta do parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, do médico, da autoridade religiosa, do professor ou do responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos ou de abuso sexual contra criança ou adolescente, além de exacerbar a punição desses delitos caso praticados no âmbito de instituição de saúde, religiosa, educacional, de assistência social ou recreativa, públicas ou privadas.

EMENDA MODIFICATIVA

Acrescente-se ao texto do Projeto de Lei nº 4.749 de 2016, onde couber, a seguinte redação:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. X Esta Lei tipifica os crimes de omissão de comunicação de maus-tratos e de violência sexual contra criança ou adolescente, cria causa de aumento de pena para os crimes contra a liberdade sexual e para os crimes sexuais contra vulnerável, e dá outras providências.

Art. XX O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 92.

.....



IV - a proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público, quando esse exercício for utilizado como meio ou facilitar a prática de crime definido nos Capítulos I e II do Título VI da Parte Especial deste Código.” (NR)

“Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou, na data da sentença, maior de oitenta anos.” (NR)

“Art. 136.....

.....

§ 4º Aumenta-se a pena de metade se o crime é cometido:

I – no âmbito doméstico ou familiar;

II – no âmbito de instituição de saúde, religiosa, educacional, de assistência social ou recreativa, públicas ou privadas.” (NR)

“Omissão de comunicação de maus-tratos contra criança ou adolescente

Art. 136-A. Deixar o médico, a autoridade religiosa, o professor ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo sinais, evidências ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.”

§1º. Não se aplica o disposto neste artigo:

I - à autoridade religiosa que toma conhecimento da violência sexual em razão do sigilo confessional.

II - ao médico que toma conhecimento da violência sexual em razão do exercício da profissão quando a comunicação expor o paciente processo criminal.

§2º Aplica-se a mesma o parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau.



“Omissão de comunicação de violência sexual contra vulnerável

Art. 218-D. Deixar o médico, a autoridade religiosa, o professor ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo sinais, evidências ou confirmação de violência sexual contra criança, adolescente ou vulnerável.

Pena – reclusão, de dois a quatro anos.”

§1º. Não se aplica o disposto neste artigo:

I - à autoridade religiosa que toma conhecimento da violência sexual em razão do sigilo confessional.

II - ao médico que toma conhecimento da violência sexual em razão do exercício da profissão quando a comunicação expor o paciente processo criminal.

§2º Aplica-se a mesma pena a parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau.

“Art. 226.....

II – de metade, se:

a) o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela ou lhe inspirar confiança; ou

b) o crime é cometido com abuso ou violação de dever inerente a ofício, profissão ou ministério.

.....” (NR)

Art. XXX O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 319

VI - suspensão do exercício de função pública, de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público, ou de



atividade de natureza econômica ou financeira, quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;

.....” (NR)

Art. XXXX Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa aprimorar o texto do projeto de lei, bem como de seus apensados.

Para tanto busca a substituição da palavra “intrafamiliar” por âmbito doméstico ou familiar, sendo mero aprimoramento para padronização com legislações em vigor. (I, §4º, art. 136); preservação do sigilo confessional. (I, §1º, 136-A e I, §1º, 218-D); preservação do direito do paciente procurar auxílio médico sem risco de ser denunciado (II, §1º, 136-A e II, §1º, 218-D). Vide art. 61, I e II, da Lei de Contravenções Penais. Necessário preservar a vida, ainda que do agente criminoso.

Sugere a exclusão da liquidação forçada da pessoa jurídica (art. 226-B). De acordo com a Constituição Federal, é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica nas hipóteses de atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular (art. 173, § 5.o), bem como nas condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (art. 225, § 3.o). Assim, o dispositivo seria considerado inconstitucional. A proposta viola o art. 5º, LV, da CF, a ampla defesa, já que a pessoa jurídica não participa do processo penal que culmina na sentença condenatória (o processo é o agente – pessoa física). Além disso, a liquidação forçada poderia ter efeitos sobre terceiros que também



não participaram da relação processual penal, como eventuais sócios, violando a ampla defesa. Inviável também alternativa para perdimento de bens (cotas sociais) em favor de Ente federado, pois seria inexecutável a participação estatal na gestão empresarial privada, com riscos de responsabilização do Estado no caso de má gestão. Atualmente já há sérias dificuldades para a gestão de bens do tráfico destinados à União em perdimento.

Sala das Sessões, maio de 2022.

Líder Ricardo Barros - PP/PR
Líder do Governo na Câmara dos Deputados



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Ricardo Barros e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226637444400>





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Do Sr. Ricardo Barros)**

Tipifica a conduta do parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, do médico, da autoridade religiosa, do professor ou do responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos ou de abuso sexual contra criança ou adolescente, além de exacerbar a punição desses delitos caso praticados no âmbito de instituição de saúde, religiosa, educacional, de assistência social ou recreativa, públicas ou privadas.

Assinaram eletronicamente o documento CD226637444400, nesta ordem:

- 1 Dep. Ricardo Barros (PP/PR) *-(P_123768)
- 2 Dep. André Fufuca (PP/MA) - LÍDER do PP *-(p_7731)
- 3 Dep. Altineu Côrtes (PL/RJ) - LÍDER do PL

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

